

dade, concedida a equiparação a bolsheiro fora do País de 30 de Novembro a 4 de Dezembro de 2005.

4 de Julho de 2006. — O Director de Serviços, *Manuel F. Rocha Neves*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO

Edital n.º 333/2006

1 — Torna-se público que, pelo prazo de 30 dias seguidos a contar da data da publicação do presente edital no *Diário da República*, nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, se encontra aberto concurso documental para recrutamento de um assistente para a Escola Superior de Saúde deste Instituto, para a área científica de Enfermagem de Reabilitação.

2 — O concurso é válido apenas para o lugar mencionado, caducando com o seu preenchimento.

3 — Ao concurso serão admitidos os candidatos que sejam possuidores de curso de licenciatura ou equivalente legal na área científica de Enfermagem de Reabilitação e se encontrem nas condições previstas no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho.

4 — O conteúdo funcional e a remuneração são os que se encontram previstos no Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico para a respectiva categoria.

5 — O local de trabalho é na Escola Superior de Saúde do Dr. Lopes Dias, em Castelo Branco, e noutros locais onde a Escola desenvolva as suas actividades.

6 — Os critérios de selecção e ordenação dos candidatos basear-se-ão na análise dos elementos seguintes:

- a) Habilitações académicas (HA);
- b) Experiência profissional na área científica (HPA);
- c) Trabalhos ou artigos apresentados e ou publicados (TRA/P);
- d) Acções de formação como formador (AFF);
- e) Experiência de ensino em escolas superiores de enfermagem (EE).

7 — A classificação final resultará da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = \frac{2HA + 6HPA + 3TRA/P + 5AFF + 4EE}{20}$$

8 — Constitui critério preferencial a maior experiência de ensino em escolas superiores de enfermagem/saúde.

9 — Os requerimentos, dirigidos ao presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco, deverão indicar o nome completo, filiação, data e localidade de nascimento, estado civil, residência actual, telefone, categoria profissional e cargo que actualmente ocupa.

10 — Os candidatos deverão instruir os seus processos de candidatura com os seguintes elementos:

- a) Fotocópia do bilhete de identidade;
- b) Certificado do registo criminal;
- c) Atestado médico comprovativo da robustez física e do perfil psíquico para o exercício de funções públicas;
- d) Documento comprovativo de terem satisfeito a Lei do Serviço Militar, se for caso disso;
- e) Certificado de habilitações literárias ou fotocópia do mesmo;
- f) Quatro exemplares do *curriculum vitae* detalhado e actualizado;
- g) Documentos comprovativos de estarem nas condições exigidas no presente edital.

11 — É dispensada a apresentação dos documentos referidos nas alíneas b), c) e d) do número anterior aos candidatos que declarem nos respectivos requerimentos, em alíneas separadas, sob compromisso de honra, a situação em que se encontram relativamente ao conteúdo de cada uma daquelas alíneas.

12 — Os processos de candidatura deverão ser entregues pessoalmente ou remetidos pelo correio, registado, com aviso de recepção, para o Instituto Politécnico de Castelo Branco, Avenida de Pedro Álvares Cabral, 12, 6000-084 Castelo Branco, atendendo-se, neste último caso, à data do registo.

13 — O não cumprimento do estipulado no presente edital implica a exclusão dos candidatos.

14 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

15 — O júri do concurso tem a constituição que a seguir se refere:

Presidente — Carlos Manuel Leitão Maia, professor-coordenador da Escola Superior de Saúde do Dr. Lopes Dias.

Vogais efectivos:

Carlos Alberto Figueira de Chaves, professor-adjunto da Escola Superior de Saúde do Dr. Lopes Dias.

Maria Elcínia Diniz da Silva Esteves, professora-adjunta da Escola Superior de Saúde do Dr. Lopes Dias.

Vogais suplentes:

António Luís Gil Lusio, professor-adjunto da Escola Superior de Saúde do Dr. Lopes Dias.

Idalina Fernandes Gaspar, professora-adjunta da Escola Superior de Saúde do Dr. Lopes Dias.

28 de Julho de 2006. — A Presidente, *Ana Maria Batista Oliveira Dias Malva Vaz*.

Edital n.º 334/2006

1 — Em conformidade com os artigos 15.º e 16.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, e demais disposições legais em vigor, encontra-se aberto, pelo prazo de 30 dias seguidos a contar da data da publicação do presente edital no *Diário da República*, concurso de provas públicas para recrutamento de um professor-adjunto, da área científica de Enfermagem de Reabilitação, para a Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias, do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

2 — O concurso é válido apenas para o lugar mencionado, caducando com o seu preenchimento.

3 — Ao concurso serão admitidos os candidatos licenciados em Enfermagem, habilitados com o curso de especialização em Enfermagem de Reabilitação, que se encontrem nas condições previstas no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, e no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

4 — Do requerimento de admissão ao concurso, dirigido ao presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco, deverão constar os seguintes elementos: nome completo, filiação, naturalidade, data de nascimento, estado civil, residência actual, número de telefone, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, grau académico e respectiva classificação final, categoria profissional e cargo que actualmente ocupa.

5 — Os candidatos deverão fazer acompanhar o requerimento dos seguintes documentos:

- a) Fotocópia do bilhete de identidade;
- b) Certificado do registo criminal;
- c) Atestado médico comprovativo da robustez física e perfil psíquico para o exercício de funções públicas;
- d) Documento comprovativo de terem satisfeito a Lei do Serviço Militar, se for caso disso;
- e) Documentos comprovativos de estarem nas condições exigidas no presente edital;
- f) Cinco exemplares do *curriculum vitae* detalhado e actualizado, bem como de quaisquer documentos que comprovem as habilitações científicas, as publicações ou que facilitem a formação de um juízo sobre aptidões dos candidatos para o exercício do cargo a concurso;
- g) Cinco exemplares do estudo a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho.

5.1 — É dispensada a apresentação dos documentos referidos nas alíneas b), c) e d) do número anterior aos candidatos que declarem no respectivo requerimento, em alíneas separadas, sob compromisso de honra, a situação em que se encontram relativamente ao conteúdo de cada uma daquelas alíneas.

5.2 — O *curriculum vitae* deverá pôr em evidência o equilíbrio entre as competências pedagógica e científica dos candidatos e a sua adequação à docência no ensino superior politécnico, traduzida na experiência docente na área científica, ou afim, para a qual foi aberto o concurso.

6 — O não cumprimento do estipulado no presente edital implica a exclusão dos candidatos.

7 — Os processos de candidatura deverão ser entregues pessoalmente ou remetidos pelo correio, registado, com aviso de recepção, para o Instituto Politécnico de Castelo Branco, Avenida de Pedro Álvares Cabral, 12, 6000-084 Castelo Branco, atendendo-se, neste último caso, à data do registo.

8 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

9 — O júri do concurso terá a constituição que a seguir se refere:

Presidente — Carlos Manuel Leitão Maia, professor-coordenador da Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias.

Vogais efectivos:

Rosa Maria Lopes Martins, professora-coordenadora da Escola Superior de Saúde de Viseu.

Carlos Alberto Figueira de Chaves, professor-adjunto da Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias.

Maria Elcínia Dinis Esteves, professora-adjunta da Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias.

Vogais suplentes:

António Luís Gil Lusio, professor adjunto da Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias.

Idalina Fernandes Gaspar, professora-adjunta da Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias.

28 de Julho de 2006. — A Presidente, *Ana Maria Batista Oliveira Dias Malva Vaz*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA

Despacho (extracto) n.º 16 723/2006

Por despacho de 19 de Julho de 2006 do vice-presidente, em substituição do presidente, foi autorizado o pedido de rescisão do contrato administrativo de provimento de Ilídia Maria Amaral Coelho, equiparada a assistente do 2.º triénio da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, a partir de 1 de Setembro de 2006.

28 de Julho de 2006. — O Vice-Presidente, em substituição do Presidente, *Fernando Augusto de Sá Neves dos Santos*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DA SAÚDE DO PORTO

Escola Superior de Enfermagem Cidade do Porto

Despacho (extracto) n.º 16 724/2006

Por despacho de 12 de Julho de 2006 da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Enfermagem Cidade do Porto, foi nomeada professora-adjunta, por urgente conveniência de serviço, Maria Júlia Costa Marques Martinho.

18 de Julho de 2006. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria Arminda da Silva Mendes Carneiro da Costa*.

Despacho (extracto) n.º 16 725/2006

Por despacho de 12 de Julho de 2006 da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Enfermagem Cidade do Porto:

Foi Graça Maria Ferreira Pimenta nomeada professora-coordenadora, por urgente conveniência de serviço.

Foi Lúcia Maria Monteiro Lima nomeada professora-coordenadora, por urgente conveniência de serviço.

Foi Maria Luísa Ruivo de Carvalho Paulo nomeada professora-coordenadora, por urgente conveniência de serviço.

18 de Julho de 2006. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria Arminda da Silva Mendes Carneiro da Costa*.

Despacho (extracto) n.º 16 726/2006

Por despacho de 31 de Julho de 2006 da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Enfermagem Cidade do Porto, Maria do Céu Moura Macedo Pinto de Almeida foi reclassificada em técnica profissional especialista de secretariado e apoio à gestão e docência do quadro da Escola Superior de Enfermagem Cidade do Porto.

2 de Agosto de 2006. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria Arminda da Silva Mendes Carneiro da Costa*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL

Edital n.º 335/2006

1 — Albertina Pereira Cavaco da Palma, vice-presidente do Instituto Politécnico de Setúbal e em substituição do presidente, faz saber que, nos termos do Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior Politécnico (Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho), se encontra aberto, pelo prazo de 30 dias úteis a partir da data da publicação do presente edital no *Diário da República*, concurso de provas públicas para recrutamento de um professor-coordenador para a Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal, para a área científica de Contabilidade.

2 — A este concurso podem concorrer:

a) Os professores-coordenadores de outra escola superior politécnica da área científica para que é aberto concurso;

b) Os professores-adjuntos da área científica para que é aberto concurso com, pelo menos, três anos de bom e efectivo serviço na categoria;

c) Os candidatos habilitados com o grau de doutor ou equivalente na área científica para que é aberto concurso;

d) Os equiparados a professor-coordenador ou a professor-adjunto da Escola Superior de Ciências Empresariais ou de outra escola da área científica para que é aberto concurso e que satisfaçam os requisitos de habilitações e tempo de docência indicado na alínea b).

3 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente do Instituto Politécnico de Setúbal, Largo dos Defensores da República, 1, 2910-470, Setúbal, podendo ser entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, em carta registada, com aviso de recepção, dele devendo constar:

a) Identificação (nome completo, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade, residência, telefone), grau académico, respectiva classificação final, categoria e cargo que actualmente ocupa;

b) Identificação do concurso a que se candidata.

4 — O requerimento deve ser acompanhado de:

a) Certificado do registo criminal;

b) Atestado de robustez física e psíquica (Decreto-Lei n.º 319/99, de 11 de Agosto);

c) Documento comprovativo de terem sido cumpridas as leis de recrutamento militar, se for o caso;

d) Fotocópias dos documentos comprovativos dos graus académicos;

e) Cinco exemplares do *curriculum vitae*;

f) Cinco exemplares da lição a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho;

g) Cinco exemplares da dissertação a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho;

h) Cinco exemplares dos trabalhos mencionados no *curriculum vitae*;

i) Declaração do serviço de origem, da qual conste o tempo de serviço na categoria, quando a admissão ao concurso esteja dependente deste requisito.

4.1 — Os candidatos que se apresentem habilitados com o doutoramento na área científica para que é aberto o concurso e os que tenham sido aprovados em mérito absoluto em anterior concurso de professor-coordenador serão dispensados da apresentação e discussão da dissertação a que se refere a alínea g) do número anterior.

4.2 — Toda a documentação entregue pelos candidatos deve estar numerada sequencialmente.

5 — É dispensada a apresentação dos documentos referidos nas alíneas a), b) e c) do n.º 4 aos candidatos que declarem nos respectivos requerimentos, sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram relativamente ao conteúdo de cada uma delas.

6 — Nos termos do disposto no despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março de 2000, faz-se constar a seguinte menção: «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

28 de Julho de 2006. — A Vice-Presidente, *Albertina Palma*.

Edital n.º 336/2006

1 — Albertina Pereira Cavaco da Palma, vice-presidente do Instituto Politécnico de Setúbal, em substituição do presidente, ao abrigo da alínea h) do n.º 1 do artigo 16.º dos Estatutos do Instituto Politécnico de Setúbal, homologados pelo Despacho Normativo n.º 6/95, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 29, de 3 de Fevereiro de 1995, faz saber que, nos termos do Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior Politécnico (Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho), se encontra aberto, pelo prazo de 30 dias úteis a partir da data da publicação do presente edital no *Diário da República*, concurso de provas públicas para recrutamento de um professor-adjunto para a Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal, para as disciplinas abaixo indicadas:

Informática, Arquitectura de Computadores e Sistemas Operativos;
Análise de Sistemas;
Arquitectura de Sistemas de Informação;
Sistemas de Gestão de Bases de Dados;
Sistemas Integrados de Gestão;
Auditoria e Segurança de Sistemas de Informação;
Gestão de Projectos Informáticos;
Gestão de Bases de Dados;
Informática II.